



EDITORIAL

Com a publicação do número 72 da Revista *Histedbr on line*, o grupo de pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil reitera seu compromisso com a difusão das investigações na área educacional, destacando-se entre os cinco títulos mais acessados do Portal de Periódicos Eletrônicos da Unicamp (PPEC), segundo o Relatório Estatístico PPEC de 2016.

Como um periódico de relevância nacional, a *Revista Histedbr on line* se posiciona na defesa intransigente da produção e democratização dos conhecimentos científicos. Em meio aos incisivos ataques ao financiamento à pesquisa e às Universidades Públicas temos resistido em um cenário que ameaça seriamente o futuro do país.

Os dados que caracterizam a situação educacional do país mostram que os investimentos estão muito aquém dos desafios relativos à universalização, qualidade e equidade. Em dezembro de 2016, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) “PEC 55” instituiu um “novo regime fiscal” que reduz os gastos em educação, com baixas ainda maiores em relação aos patamares atuais. Este “novo regime fiscal” fixa o limite da despesa primária dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para cada exercício e pelos próximos 20 anos. No caso da educação e da saúde, o congelamento de despesas passa a ser válido a partir de 2018. A busca pelo controle das despesas primárias não é algo novo, uma vez que há mais de duas décadas as metas de superávit primário, ou seja, a busca por reduzir as despesas primárias, é uma das principais diretrizes da política econômica posta em prática no país. O que há de novo no momento atual é um aprofundamento do rigor do controle dos gastos sociais do governo que coloca em xeque a educação pública brasileira em amplo sentido.

Neste ano, o governo de Michel Temer contingenciou 44% do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações, um desmonte que alcança R\$ 103,6 milhões, já com previsão de que em 2018 o corte seja incrementado em 15,5%. A brutal redução de recursos gerou manifestações de diversas entidades e personalidades científicas nacionais e internacionais, uma vez que põe em risco a continuidade das atividades de pesquisadores de todo o Brasil, que podem ficar sem bolsas e outras linhas de financiamento.

Nos momentos em que a história acelera e parece exigir ainda mais de nosso empenho em compreender e transformar a realidade é preciso retomar os grandes pensadores que abriram esses caminhos e nos legaram obras imprescindíveis. Desse modo, mostra-se muito oportuna a publicação nesta edição de dois textos que tratam das contribuições do italiano Antonio



Gramsci (1891-1937), que está entre os maiores pensadores marxistas do século XX. Neste ano lembramos dos oitenta anos de sua morte. O primeiro texto “Sobre a antropologia de Antonio Gramsci”, de autoria de Dario Ragazzini, da Università degli Studi Firenze (Itália), aborda a concepção de homem presente nos Cadernos do Cárcere e sustentada pelo prefácio de *Para a crítica da economia política* de Karl Marx. Por esta análise, a concepção de ser humano de Gramsci traz sólidos fundamentos para uma teoria da personalidade, que percebe o indivíduo como resultante da materialidade dos processos e das relações humanas.

Já o texto de Bráulio Loureiro, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, com o título “O ativismo de rappers e o progresso intelectual de massa: uma leitura Gramsciana do rap no Brasil”, utiliza-se das ideias do pensador italiano para discutir a atuação de rappers ativistas como educadores da periferia, na direção do que Gramsci chamou de “progresso intelectual de massa”.

O terceiro texto aborda um clássico do pensamento educacional: “A modernidade e o projeto de formação humana comeniano”, apresenta um panorama histórico dos séculos XVI e XVII, período em que Comenius viveu, colocando em destaque sua concepção de homem, educação e infância em consonância com o projeto social que almejava.

Os sete artigos seguintes tratam da história da educação no Brasil a partir de diferentes abordagens teóricas, períodos e recortes, sendo que três deles abordam questões relativas ao estado do Paraná. O século XIX é o contexto de dois destes textos: “Carneiro da Cunha: análise da atuação política na província da Parahyba do Norte (1874 – 1876)” discute a atuação política de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, presidente da província da Parahyba do Norte, a partir dos seus relatórios presidenciais com enfoque em temas como instrução e progresso. O “Imigração e educação na província do Pará: instrução primária na colônia agrícola Benevides (1861 – 1881), partindo de fontes primárias e tendo por referência teóricos da nova história cultural, discute a implantação de escolas primárias na colônia agrícola de Benevides.

O texto “A formação moral e cívica das crianças brasileiras na primeira república pela prática da leitura de livros infantis: uma análise de contos pátrios” aborda o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, tendo como foco o papel dos livros infantis para formação moral e cívica das crianças, com especial destaque aos *Contos Pátrios* de Olavo Bilac e Coelho Neto.

O processo de expansão e consolidação das escolas normais no norte pioneiro do Paraná é tratado no “Expansão e consolidação das escolas normais no Paraná: um olhar a partir do norte pioneiro paranaense (1926 – 1971)” A análise inicia-se em 1926, quando houve o primeiro curso normal complementar ofertado na região, na cidade de Jacarezinho e encerra-



se em 1971, quando da publicação da Lei n. 5692 que instituiu o magistério como curso de formação de professores em nível técnico secundário, extinguindo as escolas normais.

Ainda sobre o estado do Paraná, há o artigo: “Boletim da secretaria de educação cultura do Paraná (1951 – 1953): representações sobre a escola rural.” Nesta pesquisa, o conceito de *representação* de Roger Chartier é utilizado para analisar a atuação da imprensa pedagógica oficial na produção e circulação de ideias acerca da escola e do ensino rural.

O texto “Circo, educação e continuidade: a criação da escola nacional e a formação do artista no Brasil entre 1975 – 1984” analisa as transformações no modo de vida do circo e dos processos educativos do artista que fundamentam a criação da Escola Nacional de Circo, primeira da América Latina, criada em 13 de maio de 1982.

O artigo seguinte: “História da institucionalização da educação infantil: dos espaços de assistência à obrigatoriedade de ensino (1875 – 2013)” trata da história da institucionalização da educação infantil no Brasil, tendo como fonte a legislação brasileira e pesquisas sobre o tema. A análise inicia-se em 1875, quando houve a criação do primeiro Jardim da Infância do país na cidade do Rio de Janeiro, e encerra-se em 2013, ano em que foi aprovada a ampliação da obrigatoriedade de ensino no Brasil dos quatro aos dezessete anos, abrangendo parte da educação infantil.

A temática da formação de professores é foco principal de dois dos textos desta edição: “Formação de Professores para educação profissional no Brasil: percurso histórico e desafios contemporâneos”, que trata dos desafios da formação docente para atuar na educação profissional e “Verticalização e trabalho docente nos institutos federais: uma construção histórica” que discute as repercussões e desafios no trabalho dos professores relativos à atribuição para mesma instituição e corpo docente da realização de dois níveis de ensino, processo denominado *verticalização*.

Os últimos dois artigos desta revista inserem-se na temática de Política Educacional, com enfoque nas discussões sobre os desafios Ensino Médio. Assunto que se mostra de grande relevância na conjuntura atual, após a aprovação da Lei n. 13.415/2017 que reforma toda a estrutura e a organização do ensino médio no país e passa a compor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9394/1996). Este processo vivenciou enorme resistência com aproximadamente 1400 escolas ocupadas sob gestão estudantil e numerosos manifestos de entidades acadêmicas e político-organizativas que repudiaram a medida do governo. O texto: “Propostas de inovação e redesenho curricular: o ensino médio em questão” discute as propostas para reestruturar o ensino médio a partir das diretrizes curriculares para o ensino Médio de 2012, bem como o Programa Ensino Médio Inovador de 2009. Já o artigo: “A política de educação para o ensino médio no Brasil: reflexões sobre o plano de desenvolvimento da educação e o novo plano nacional de educação” discute a temática a



partir do estudo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano Nacional de Educação (PNE).

A presente edição ainda apresenta as resenhas de duas publicações da área de educação, a primeira delas corresponde ao livro de autoria de Carlos Henrique de Carvalho e Ana Emília Souto Ferreira, com o título: Impasses e desafios à organização da instrução pública primária no Brasil (1890-1930), edição de Belo Horizonte, da Mazza Edições, publicado em 2016. E a segunda resenha trata de um texto clássico da literatura educacional, escrito por Manoel Bomfim: Cultura e educação do povo brasileiro: pela difusão da instrução primária, numa edição de 1932, do Rio de Janeiro, editora Pongetti.

Em vista do material apresentado nesta edição, com escritos sobre o pensamento de Antonio Gramsci, que tratam dos fundamentos da educação, artigos sobre a história da educação sob diversos recortes e abordagens, bem como textos que abordam temas candentes da política educacional, esperamos poder contribuir com os debates na área em tempos que exigem resistência e posicionamento firme pela produção e difusão de conhecimentos científicos no país.

Boa leitura!

Editores(as) da Revista HISTEDBR Online.

Fabiana Rodrigues, Luciana Coutinho, Régis Silva e Mara Jacomeli.